

RECEP GM/MJ  
02/018/96.2  
01  
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700  
l-oo  
da

9.140 de 04/12/1.995)  
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

# Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO  
DA DE BELEM, 108  
Jurisdicção in rem  
ERIO LONGMAN  
Esônias  
ERGIO LONGMAN  
da substituição  
FATIMA VIEIRA  
do substituído

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
Distrito, Ener...  
Estado Pernambuco  
Pessoas Naturais  
REGISTRO  
Uma Zona Judiciária, em virt...  
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica  
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República  
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República  
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:  
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS  
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420  
70064-900 - Brasília - DF  
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260  
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

#### Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007  
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

dois militantes. Esse novo crime, segundo as denúncias, foi perpetrado para evitar que o CBA conseguisse identificar e provar judicialmente a morte de desaparecidos, cujo paradeiro as autoridades do regime alegavam ignorar. Seus corpos nunca mais foram encontrados.

Mais recentemente, o ex-agente do DOI-CODI/SP Marival Chaves do Canto declarou à revista *IstoÉ*, de 24/03/2004, que a operação de exumação e ocultação das ossadas desses dois militantes foi comandada por André Pereira Leite Filho, oficial do Exército que estava no CIE de Brasília em 1981, depois de ter atuado no DOI-CODI/SP sob o condinome Dr. Edgard. A matéria descreve: “segundo Marival, em 1980 o Doutor Edgar comandou, por exemplo, uma expedição que retirou de uma fazenda em Rio Verde, em Goiás, as ossadas de Márcio Beck Machado e Maria Augusta Thomas, integrantes do Molipo (Movimento de Libertação Popular), mortos em 1973 num confronto com agentes do CIE. De acordo com o fazendeiro Sebastião Cabral, os corpos enterrados em sua propriedade foram exumados por três homens em 1980, que deixaram para trás pequenos ossos e dentes perto das covas”.



### EDGARD DE AQUINO DUARTE (1941–1973)

Número do processo: 029/96

Filiação: Francisca Maria Duarte e José Geraldo Duarte

Data e local de nascimento: 22/02/1941, Bom Jardim (PE)

Organização política ou atividade: não definida

Data e local do desaparecimento: junho de 1973, em São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Foi visto pela última vez em junho de 1973, preso no DOPS/SP. Edgard ingressou na Marinha, onde chegou a cabo do Corpo de Fuzileiros Navais, logo após terminar o segundo grau. Em 1964, participou da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil posicionando-se ao lado dos que se opuseram ao Golpe de Estado que depôs João Goulart. Em consequência de sua atuação na revolta dos marinheiros de 1964 se exilou no México e, mais tarde, viajou para Cuba. Retornou ao Brasil em outubro de 1968 e viveu clandestino em São Paulo, mesmo sem militância política, até ser preso pelo DOPS/SP em 03/06/1971.

No livro *Brasil Nunca Mais* consta que, retornando ao Brasil, Edgard entrou em contato com os pais em Recife e, depois, permaneceu dois meses em Bom Jardim (PE), antes de seguir para São Paulo, onde montou uma imobiliária em sociedade com um amigo. Em São Paulo, manteve contato com o agente infiltrado cabo Anselmo, recém chegado de Cuba, que lhe disse estar sem trabalho e moradia. Edgard o levou, então, para morar em seu apartamento na rua Martins Fontes, 268, apto 807, no centro da capital paulista. Nesse endereço, Edgard foi preso e levado para o DOPS/SP, onde permaneceu sob a responsabilidade do delegado Sérgio Paranhos Fleury. Após a fase de interrogatórios, foi confinado na cela nº 4 do “fundão” (conjunto de celas individuais, isoladas). Até junho de 1973, ele passou por vários órgãos de repressão política e, durante esse período, conheceu diversos outros presos políticos, a quem relatou as torturas a que foi submetido e sua ligação com o cabo Anselmo. Entre esses presos políticos, que denunciaram sua prisão, estavam José Genoíno Neto, Ivan Akselrud Seixas, Paulo Vannuchi, Manuel Henrique Ferreira e o casal Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles.

Edgard esteve no DOPS/SP, DOI-CODI/SP, DOI-CODI/Brasília e no Batalhão de Caçadores de Goiânia. Visto pela última vez em junho de 1973, no DOPS/SP, estava barbudo, cabeludo e muito debilitado fisicamente. Os carcereiros o retiravam periodicamente da cela no “fundão” e o levavam para um corredor para tomar sol, quando Edgar comentava com os outros presos que fatalmente seria morto. Numa dessas vezes foi conduzido encapuzado para a carceragem e espancado. Um dos algozes gritou: “Você mexeu com segredo de Estado, você tem que morrer”. Em julho de 1973, foi impetrado um hábeas-corpus em favor de Edgard. Alcides Singilo, delegado do DOPS/SP, informou em resposta às autoridades judiciais que ele havia sido libertado. Ao ser desmentido, retrucou: “talvez ele tenha medo de represálias dos elementos de esquerda e por isso tenha evitado contatos com a família. Ou talvez já tenha sido morto por esse pessoal”.

Numa ficha da Coordenação de Execução da OBAN, encontrada no arquivo do DOPS/SP, consta que ele foi preso no dia 13/06/1971. No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, consta um registro de 10/08/1968 com o nome de soldado Fuzileiro Naval Edgard de Aquino Duarte. Seu nome estava entre as 17 fichas encontradas no arquivo do DOPS/PR numa gaveta identificada como “falecidos”.